



NAVEGANDO PELA HISTÓRIA DO TOCANTINS: MATERIAL DIDÁTICO PARA INFÂNCIA

Diane Valdez¹

Miriam Bianca Amaral Ribeiro²

No ano de 2007 nos foi colocada uma desafiadora tarefa: trabalhar a história do Tocantins e colocá-la à disposição dos alunos das séries iniciais do ensino fundamental. Eram vários desafios ao mesmo tempo: como lidar com o percurso histórico de um lugar tão próximo e ao mesmo tempo tão distante, posto que nossas histórias caminham juntas, mesmo após a separação dos estados de Goiás e Tocantins, ao mesmo tempo em que há uma história própria tanto lá quanto cá? Como lidar com a contradição entre *velho* e *novo*, *antigo* e *recente*, já que estamos falando de um estado criado em 1988, mas cuja luta emancipatória remonta ao século XVIII? Como lidar com a complexidade desta trajetória, se estaremos conversando com crianças de 9 a 11 anos de idade?

Para enfrentar essa tarefa tão instigante quanto prazerosa, primeiramente, situamos-nos diante do fato de que essa é uma tarefa da universidade: contribuir na construção de alternativas para os problemas vivenciados pela sociedade que a sustenta, não com atitude operacional, obrigatória, e sim derivada de uma concepção de universidade e sociedade. É importante lembrar que não fazemos isso como mero desengano de consciência. Em nosso trabalho acadêmico na Faculdade de Educação, compõe nossa tarefa analisar livros didáticos e a eles interpor uma crítica teórica e metodológica. A nosso ver não cabem justificativas

1. Mestra em História (UFG), doutora em História da Educação (Unicamp) e professora da Faculdade de Educação da UFG

2. Mestra em História (UFG), doutoranda em História (UFG) e professora da Faculdade de Educação da UFG.

como: 'se vocês tanto criticam, por que não fazem?' Ao contrário, a crítica teórica é fundamento da atividade acadêmica e não a colocamos nem acima nem abaixo de outras tarefas. Apenas assumimos a tarefa de nos colocarmos a serviço da escola em várias frentes de intervenção e escrever materiais didáticos é apenas uma a mais.

O segundo a fazer era estudar a história do Tocantins, considerando-se a produção realizada em Goiás, especialmente na UFG e a produção realizada no Tocantins, em que pese a produção acadêmica e a não acadêmica. Foi então que nos deparamos com grandes contribuições dentro e fora da universidade. Experiências de vidas inteiras dedicadas ao Tocantins, desde muito antes da instituição legal do Estado, vindas da literatura, da culinária, da música, da preservação do patrimônio histórico e cultural, material e imaterial, da diversidade étnica, da luta pelos direitos à vida, à liberdade, à dignidade humana.

Enfim, enfrentamos a tarefa e aqui estamos prestando contas com a nossa casa e com a sociedade que nos sustenta. Desta forma, abordaremos neste texto parte da experiência vivenciada na produção do livro didático para o 4º ano do ensino fundamental. *Tocantins, terra da águas: História e Sociedade*, publicado pela editora FTD e disponível a partir de 2009, como uma das alternativas possíveis para alunos e professores do Tocantins.

O ensino de História regional para crianças: contribuições das ciências humanas

Partimos da concepção de criança enquanto sujeito de direito e com o direito de aprender, de conhecer, de investigar, de indagar, de duvidar e de conhecer a história de sua região e toda história que couber em seu mundo. Para tanto, procuramos apresentar elementos que facilitem o acesso a este conhecimento de acordo com a faixa etária destinada.

Acreditamos que um material didático deve ser atualizado, atento aos interesses de professores e alunos, estimulante e criativo para que seja um bom recurso a ser utilizado. Tornar a história simples e acessível não significa simplificá-la. Portanto, além de recorreremos às pesquisas produzidas sobre a região, apresentamos algumas fontes históricas (jornais, revistas, fotografias, depoimentos, etc.) Destacamos também a história da infância indígena, escrava e livre no decorrer da obra, para que a criança leitora se identifique e perceba as transformações e permanências ocorridas nas diferentes infâncias da história.

As diversas ciências da área de Humanas (História, Geografia, Sociologia, Antropologia e Política) apresentam um instrumental metodológico-teórico que possibilita a compreensão da realidade social de uma maneira mais sistemática, desenvolvendo nossa

capacidade de análise e interpretação. Entendemos ser muito fértil o estabelecimento de relações entre os conceitos básicos dessas ciências, numa abordagem interdisciplinar. O caráter de interação e complementaridade estabelecido entre as várias ciências de uma mesma área oferece-nos muito mais ferramentas para um ensino criativo e melhor fundamentado.

Outra preocupação é o desenvolvimento da capacidade da criança compreender e elaborar conhecimento. Por isso, além de procurarmos apresentar conteúdos e sugerir metodologias capazes de despertar o seu interesse, insistimos na formulação e operacionalização de conceitos, respeitando o estágio de desenvolvimento da criança.

Introduzir o estudo das ciências humanas nos primeiros anos de escolaridade básica é de grande importância, na medida em que elas oferecem elementos para o aluno compreender melhor a vida que o cerca, o mundo, as relações sociais, a forma como os seres humanos se relacionam com a natureza e entre si, constituindo a vida em sociedade. É, portanto, fundamental que os conteúdos dessas ciências tenham seu espaço específico e que sejam trabalhados a partir da bagagem teórico-conceitual das várias ciências que se preocupam com a temática da vida social. Não pode o ensino de ciências humanas se restringir a conteúdos transversais, nem se apresentar de forma diluída e sem um fio condutor; este também não pode constituir-se por elementos frágeis e teoricamente inconsistentes, como a aglutinação em torno de datas comemorativas, por exemplo.

É importante ressaltar que todo trabalho com a formulação e operacionalização de conceitos deve respeitar as etapas de desenvolvimento da capacidade nas crianças. Sabemos que a formulação de conceitos é o resultado de uma atividade complexa, que envolve todas as funções intelectuais básicas. Mas, se o meio ambiente não fizer novas exigências ao indivíduo e não o estimular, seu raciocínio não atingirá

níveis mais elevados. Portanto, é muito importante que o ensino seja significativo e estimulante; um ensino que possibilite o desabrochar da capacidade de elaboração, análise e sistematização a criança.

Assim, procuramos auxiliar o aluno a viver o processo de descoberta do modo como a sociedade tocantinense vem sendo construída e transformada, como os seres humanos a constituem transformando a natureza e a si próprios através do trabalho, do tipo de relações sociais que travam, como modificam a paisagem e o espaço, como as sociedades se transformaram no tempo, como se caracterizam política e culturalmente. No curso desse processo de descoberta, a criança vai percebendo a si mesmo como parte integrante da sociedade, como sujeito social.

Para essa discussão, consideraremos o regional como o espaço geográfico com alguma unidade cultural, econômica e social, não livre de contradições internas e com outras regiões. Essa ideia se sustenta sobre o conceito de lugar apresentado por Santos:

O lugar é um conjunto de objetos que tem autonomia de existência pelas coisas que o formam – ruas, edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificação, calçamentos – mas que não tem autonomia de significação (...) (1991, p. 52)

Entre os elementos que asseguram a sobrevivência deste tratamento às temáticas locais e regionais na sala de aula do ensino fundamental, destacamos a reprodução do ufanismo, o localismo, as reminiscências do mandonismo local, a ainda hegemônica presença de uma visão mecanicista das ciências humanas, a antecipação e a aceleração de conteúdos. Quem estudou em Goiás ou no Tocantins, por exemplo, certamente encontrará em suas memórias algumas referências à presença em terras

então goianas da maior ilha fluvial do mundo – a Ilha do Bananal –, acompanhada da exuberância dos rios, da fauna e da flora. Era bem comum fazer-se referência, por exemplo, à palmeira do babaçu como árvore ‘abençoada’, da qual tudo se aproveita.

Da mesma forma, a construção de Brasília e de Goiânia foi atribuída à visão quase premonitória de seus fundadores, que num arroubo de progressismo decidiram construir, sozinhos, as novas capitais. Assim, regionalmente, seguindo a lógica nacional, vultos históricos foram cultuados em caráter obrigatório em datas comemorativas.

Essa conduta ainda está impregnada nos conteúdos oferecidos aos alunos das séries iniciais do ensino fundamental. Até mesmo a construção de Palmas, tão recente, já incluída nesta lógica, considerada a ‘capital do século XXI’. Em se tratando do regional ou do local, ainda temos a visão do bandeirante desbravador, do índio que contribui com o folclore (então considerado como sinônimo de algo exótico ou pitoresco) para a cultura regional, ou das riquezas naturais que torna o Tocantins um Estado privilegiado.

Longe estamos da discussão das contradições entre Estado rico e povo pobre, entre bandeirantismo e ocupação colonial ou do estudo das etnias indígenas como culturas complexas e específicas. Basta ver a reedição anual das comemorações do dia do índio na escola. Não podemos negar as iniciativas que tentam romper essa tradição etnocêntrica, mas aqui nos referimos ao fato de que a maioria das escolas ainda fantasia as crianças de “índio” para comemorar a data, independentemente de estar estudando o Estado ou não.

É importante ressaltar também que a defesa do retorno do estudo do mundo à sua volta e à ideia de que devemos partir da realidade do aluno correspondeu um

quase isolamento do local e do regional, que passaram a ser estudados por si sós. Foi uma verdadeira explosão de interesse pelo local onde vivemos. Isso deu origem ao que estamos chamando de localismo no ensino de história experimentado por todo o Brasil, especialmente nos anos 1980, inclusive no então norte de Goiás. Ou seja, não se trabalhava o local como componente da compreensão do todo e do próprio local, estudava-se o local por ele mesmo. A consequência foi a quase idolatria do local, que por fim reafirmava o ufanismo. Os materiais e os conteúdos quase aprisionavam o aluno à realidade, que neste caso de fato o cercava. Nessa lógica, a criança da escola rural não precisaria estudar o resto do mundo, e sim seu mundo rural. Sabemos bem que esse localismo impede que o aluno entenda não só o mundo como um todo, mas também seu mundo mais próximo.

Não é difícil estabelecer a relação da realidade política local com o ensino de ciências humanas, especialmente dos conteúdos relativos ao próprio município. O que se estuda e se ensina sobre os municípios raramente ultrapassa a reverência aos fundadores da cidade, as listas de prefeitos em sequência cronológica, as secretarias e os secretários municipais, a extensão e os marcos do território. Hobsbawm nos ajuda a compreender a força desse procedimento ao nos lembrar de que:

A história das grandes coletividades, nacionais ou não, não se apoiou na memória popular; mas naquilo que os historiadores, cronistas ou antiquários escreveram sobre o passado, diretamente ou mediante livros escolares, naquilo que os professores ensinaram para seus alunos a partir desses livros escolares, na forma como escritores de ficção, produtores de filmes ou programadores de televisão e vídeo transformaram seu material. (1998, p. 290-291)

Assim, estuda-se o município e o Estado sob a vigência de relações de poder fundadas na sobrevivência do mandonismo local, que transformam esse estudo em instrumento de sua manutenção. Associe-se a isso a distância ainda existente entre o que se produz academicamente, inclusive sobre o local, e o que fundamenta boa parte dos materiais didáticos.



Os temas e as abordagens em unidades

O livro foi organizado em quatro unidades: 'Tocantins: um Estado em construção'; 'O brilho do ouro atrai muita gente'; 'Novas mudanças, antigas lutas' e 'Quem é o cidadão tocantinense?'. A seguir apresentaremos, de forma breve, como essas temáticas foram desenvolvidas na obra em questão.

Na unidade 'Tocantins: um Estado em construção' retomamos a ideia articuladora do livro, ou seja, as relações entre novo/velho, antigo/recente, dando início à discussão sobre ocupação humana na região que é hoje o Tocantins. A questão indígena é tratada como central na formação do Estado, tanto em tempos remotos quanto na atualidade.

Não temos uma visão romântica das contradições que abarcam as relações interétnicas no Brasil, muito menos uma visão idílica do cotidiano dos povos indígenas. Nem na atualidade, nem em seu passado. Mas, ao nos dedicarmos à questão da ocupação colonizadora, não há como não constatar e discutir as absolutamente desiguais condições de enfrentamento entre índios e não-índios, ontem e hoje. A ocupação colonial do Tocantins também é pensada a partir das relações antigo/novo, velho/recente. Abordamos as formas passadas e atuais de ocupação e transformação do território tocantinense.

Reafirmamos o que parece óbvio, mas que ainda não está assim consolidado nas salas de aula: a história do Brasil não começa com a chegada dos europeus. A partir desta chegada, estabelece-se um confronto, travado em condições desiguais. A questão da colonização é abordada a partir deste confronto, dos processos de extermínio intencional e programado dos povos indígenas desenvolvido sistematicamente ao longo da ocupação colonial. Procuramos demonstrar como foram, e como são tratados, os índios brasileiros. Outra vez, a relação entre passado e presente articula o conceito de história como ação e transformação permanente das relações sociais, ao

longo dos tempos. A questão indígena, em geral tratada como assunto do período colonial, é considerada como processo histórico que não se limita ao passado.

Buscamos superar a costumeira folclorização, feita quase sempre de maneira pejorativa, dessas etnias. Já se tornou costumeiro o tratamento dado à cultura indígena como um apanhado de excentricidades, marcado pelo exótico, beirando a ridicularização. Essa conduta etnocêntrica desconsidera essas etnias como grupos humanos complexos e diversos, capazes de sofisticadas representações de si mesmos e do mundo. A presença dos povos indígenas no Tocantins é sentida no cotidiano do Estado. Suas lutas, sua culinária, sua linguagem, seu modo de vida pode ser percebido inclusive em áreas urbanas.

O significado dos grandes rios para a ocupação do Tocantins, ontem e hoje, também está incluído na segunda unidade. Durante muito tempo, a região norte da capitania de *Goyaz* foi entendida como derivação da ocupação mineradora ocorrida no sul da capitania. Sem dúvida, esse foi um significativo motor de sua ocupação colonizadora. Ocorre que, antes disto, o gado penetrou extensivamente na região que hoje chamamos Tocantins. A penetração para o interior da colônia se deu através dos leitos dos grandes rios. A comunicação dele dependia. A história do Tocantins está inevitavelmente vinculada à história de Goiás, mas após sua constituição como unidade da Federação, os interesses na pesquisa científica, não só área de ciências humanas tem tido um impulso diferenciado.

Abordamos as formas passadas e atuais de ocupação e transformação do território goiano, centradas na ocupação mineradora. Procuramos estabelecer relações entre processos de ocupação e exploração de regiões de mineração em tempos históricos distintos. Comparando situações de urbanização em distintas regiões de mineração e também cidades construídas em outros contextos históricos e geográficos, pretendemos demonstrar que cidades não surgem por acaso e nem assim desaparecem.

A questão da escravidão é abordada buscando-se as relações entre as origens desta prática e as marcas por ela deixadas. A discussão sobre a sobrevivência e sofisticação das formas de preconceito é uma tarefa central da escola. Formas veladas ou explícitas de qualquer tipo de preconceito não podem receber nenhum tipo de complacência. Nossos alunos, tanto promotores, quanto objeto do preconceito, têm direito à reconstrução das relações historicamente estabelecidas que fundam o preconceito.

Demonstramos a sobrevivência do racismo que, inclusive frequenta as salas de aula e nem sempre é combatido como devia por todos os envolvidos na escola. As demonstrações de preconceito presenciadas em sala de aula são as primeiras a serem tocadas pela discussão. Preconceito não é uma coisa que só vemos nos outros e não é, de forma alguma, algo resolvido nas relações sociais presentes no Brasil. No Tocantins existe uma intensa atividade das comunidades remanescentes de quilombos, muitas reconhecidas como tal e outras tantas em processo de reconhecimento. Os textos complementares sugeridos registram a cultura preservada como instrumento de defesa da identidade e também traz a questão da infância, agora no contexto da escravidão, dando prosseguimento à nossa proposta de abordar a história da infância no Tocantins.

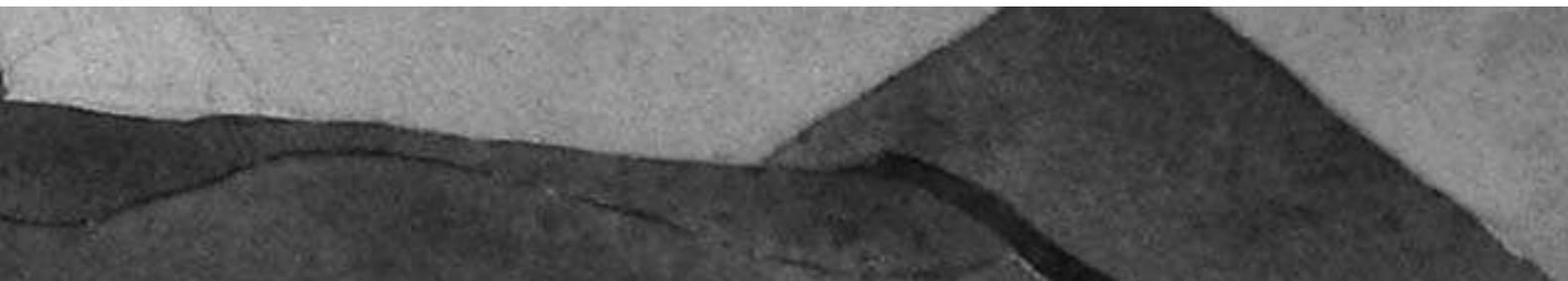
Ainda nessa unidade destacamos as contradições trazidas pela mineração colonial como um todo e também das contradições internas trazidas pelos conflitos entre norte e sul em Goiás no período de colonização portuguesa. Tratamos a queda da produção do ouro não como decadência nem como atraso ou retrocesso, mas como parte do processo de transformação da região. O movimento separatista é trazido para o contexto destas contradições, e é importante lembrar que as bases escravistas nunca foram significativamente questionadas durante tal movimento. A questão separatista é colocada como componente do processo que culminaria com a formação do Estado, no século XX.

Na unidade III discutimos a história e a sociedade tocaninense e suas transformações ao longo da transição colônia/Império e Império/República, abordando a superação da mineração como eixo de exploração econômica e a lenta constituição da atividade agrária e pecuária como articuladora das relações econômicas e políticas da região com os centros de decisão nacionais. Tratamos também das relações internas na formação dos novos grupos dirigentes e das relações sociais e de trabalho em constituição neste momento. Percorremos toda a República e chegamos à história recente, com a formação do Estado.

Centramos na sucessão dos vários elementos que acumularam a pressão para constituição do Tocantins, ao longo do final do século XIX e primeira metade do século XX. Foi um período de agitações políticas em todo o Brasil, de afirmação das oligarquias regionais diante da reordenação do pacto oligárquico consolidado a partir da Revolução de 1930. Apresentamos as disputas entre grupos políticos em Goiás, neste contexto, quando uma oligarquia é substituída por outro grupo com origem e sustentação no latifúndio, embora representassem setores distintos e em conflito. Os setores dirigentes do então norte de Goiás participam destes conflitos, atuando em sucessivas tentativas de constituir um quadro favorável à separação. A transferência da capital para um lugar ainda mais distante do norte e a formação de um governo bastante distante dos interesses do norte agudizam essas contradições.

Abordamos ainda a instalação do regime militar de 1964 no Brasil e suas intervenções no Tocantins. Compreendemos que muitos alunos podem levantar elementos da ditadura conversando com familiares, que certamente apresentarão pontos de vista variados. Tratar a história recente aviva a memória coletiva, a oficial a não oficial, e isso pode enriquecer bastante a constatação de que a história marca a vida de todos nós. Assim, discutir a ditadura no Tocantins e no Brasil é discutir suas marcas e aprofundamentos na atualidade. Também apresentamos a resistência dos brasileiros, inclusive dos tocantinenses, à ditadura, destacando movimentos pouco ou nunca citados em materiais didáticos, como a Guerrilha do Araguaia, momento histórico sempre excluído da história.

Na última unidade debatemos acerca da sociedade tocantinense na atualidade. De certa forma polemizamos o senso comum costumeiramente reafirmado de uma cidadania abstrata e genérica, como se não houvesse contradições na sociedade em que vivemos, como se fôssemos todos iguais apenas por sermos, por exemplo, tocantinenses ou moradores do Tocantins.



Para discutir os direitos sociais e o acesso do povo tocaninense a eles, optamos por começar pela discussão das duas maiores bandeiras das campanhas eleitorais e, de maneira aparentemente paradoxal, os dois maiores exemplos de abandono e crise, ao longo de toda a história do Estado: saúde e educação. Se isso já estivesse razoavelmente resolvido, as campanhas eleitorais não retomariam, a cada pleito, as mesmas bandeiras. Discutimos esse tema constatando que a ciência avançou de maneira surpreendente nos últimos tempos, mas que a maioria das pessoas não tem acesso a essas conquistas, inclusive no campo da medicina. A educação pública de qualidade como direito de todos pode ser discutida a partir do cotidiano de sua própria escola, que apresenta, como qualquer outra, elementos que materializam as contradições entre o que queremos e o que temos. Procuramos reforçar a ideia de saúde e educação como direitos e não concessões, dádivas ou mercadorias.

Enfim, ao longo da produção deste material didático procuramos não sustentar uma visão maniqueísta em relação à criação do Tocantins. Ressaltamos que da mesma forma que não é possível atribuir a um indivíduo ou a uma circunstância todo um processo social e histórico, não se pode negar a associação de interesses hegemônicos que, enfim, concretizaram a separação do Estado.

Compreender a história e as relações sociais, para nós, é, centralmente, compreender as contradições que as movem. Sobre essas contradições nos posicionamos, sob sustentação da discussão teórica e a análise dos dados. Por isso, não há julgamento. Há, sim, análise e interpretação. †